



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE GOVERNO  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÃO E CONTRATO**

**Referência:** Processo nº 00087.000654/2016-04  
Pregão, na forma eletrônica, nº 030/2016-SA

**IMPUGNAÇÃO Nº 02**

Trata-se da análise da impugnação, interposta tempestivamente, ao Edital do Pregão em epígrafe que tem por objeto a seleção e contratação de empresa para prestação de serviço de transporte, incluindo veículos e motoristas devidamente habilitados, aferidos por quilômetro rodado, para atendimento das necessidades administrativas da Presidência da República e seus Órgãos essenciais, no Distrito Federal e Região do Entorno.

**I – DO PLEITO**

A Impugnante, após análise do edital, apresenta seus argumentos, que passamos a transcrever, em resumo, conforme segue:  
(...)

**1.Da aceitabilidade da proposta vencedora – fixação de salário mínimo – média apurada. ILEGALIDADE**

Pondera-se na cláusula 9.3.2.2 do edital que a Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser indicado a Convenção, Acordo ou Dissídio Coletivo de Trabalho, Sindicatos, que regem as categorias profissionais vinculadas à execução do serviço, que foram consideradas

No entanto, Vislumbra-se na cláusula 7.6.1 do edital que o licitante utilizou como referência da categoria de motorista os valores da Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº 00121/2016 do **Sindicato Dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros Urbanos Interestaduais Especiais Escolares Turismo e de Transporte de Carga do Distrito Federal – SITTRATER**.

Vejamos íntegra da cláusula prevista em instrumento convocatório (edital anexo):

**7.6.1. A Presidência da República utilizou como referência da categoria dos motoristas, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros Urbanos, Interestaduais, Especiais, Escolares, Turismo e de Carga do Distrito Federal – SITTRATER-DF.**

Estabelecendo ainda, para elaboração da proposta, no seu Termo de Referência, apêndice – II, planilha de custos e formação de preço o seguinte:

APÊNDICE – II PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Tendo em vista as peculiaridades da contratação ora proposta, faz-se essencial os seguintes esclarecimentos referentes às planilhas estimativas, os quais deverão ser observados pelas empresas licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços:

1. Para a elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços das categorias profissionais vinculadas à execução do serviço, foi considerado o piso salarial estabelecido na convenção coletiva de trabalho do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporário e Serviços Terceirizáveis (SINTRATER), na cidade de Brasília-DF, vigente em 1º de janeiro de 2016, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob nº DF000121/2016.

Assim, o edital de forma ilícita estabelece que a proposta de preço deve ter como piso salarial os valores vinculados a CCT do SITTRATER-DF, devendo o instrumento convocatório ser corrigido, tendo em vista que gera incompatibilidade de valores e distorções equivocadas.

(...)

#### IV - DOS PEDIDOS

Ilmo. Sr. PREGOEIRO, diante de tudo o que foi exposto, o impugnante, requer a Vossa Senhoria:

- a) O devido recebimento e processamento desta impugnação editalícia, posto que legalmente prevista e tempestivamente apresentada;
- b) A suspensão imediata dos tramites licitatórios até a decisão acerca dos temas apontados na presente impugnação;
- b.1) Caso seja mantida as cláusulas e condições atacadas, sejam os autos remetidos à instâncias superiores para o devido pronunciamento;
- c) No mérito, seja acolhida a impugnação e determinado a alteração do referido Edital e Termo de Referência, excluindo-se a previsão de valor mínimo no oferecimento das propostas de preço, elaborando nova planilha de posta de preço com fundamento nos valores mais vantajosos para a administração, sem menção a vinculação da CCT do SITTRATER/DF.
- d). Esclarecer se a veiculação na planilha de preço a uma convenção (CCT/SINTRATER-DF) e quais os critérios legais e claros que justifiquem a escolha de tal convenção, tendo em vista que é mais onerosa para a administração pública.

## II – DA APRECIACÃO

Considerando tratar-se de assunto eminentemente técnico, referente a fase de planejamento da contratação, submetemos a impugnação à área requisitante da demanda, a qual se manifestou nos seguintes termos, *verbis*:

Após análise da referida impugnação, esta Coordenação vem pelo presente, manifestar-se nos seguintes termos:

Resta equivocado o entendimento da Impugnante quanto suposta exigência pela Administração, de utilização dos valores da Convenção Coletiva de Trabalho de um sindicato específico por ela determinado.

**Diferentemente do que alega a Impugnante, não existe no Edital, qualquer fixação de salários mínimos vinculados ao SITTRATER e sim um esclarecimento acerca dos parâmetros utilizados para aferição dos valores de referência.**

Por outro lado, compre consignar, que a escolha pelo referido sindicato, baseou-se em pesquisas de mercado relacionadas aos serviços a serem prestados.

Ainda, mostra-se descabido o requerimento da Impugnante acerca da suspensão imediata dos trâmites licitatórios para inclusão de condição que já existe no instrumento licitatório, pois senão vejamos:

Prevê a Clausula 9.3. do Edital:

“A proposta de preços será apresentada de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, contendo todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, devendo ser preenchida conforme modelo de proposta de preços - Anexo II deste edital (Proposta Comercial)”.

Na mesma linha e nos estritos termos do Art. 21, III da IN. nº. 02/2008 , a condição disposta no subitem 9.3.2.2 prevê a necessidade por parte da Licitante de indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO;

Nesses termos, não há de se falar em ilegalidade do instrumento convocatório e nem mesmo de inclusão de condição nele expressamente prevista.

Ante o exposto, entende essa Coordenação não serem procedentes as alegações apresentadas pela empresa impugnante.

Diante do exposto e conforme manifestação da área requisitante, verifica-se que as condições definidas no edital estão de acordo com o princípio da isonomia e da ampla competitividade, restando esclarecido que não há no Edital do Pregão Eletrônico n.º 30/2016 vinculação a uma convenção coletiva específica.

### **III – CONCLUSÃO**

Analizadas as alegações da Impugnante, **CONHEÇO** a impugnação por ser tempestiva e estar nos moldes legais para, no mérito, julgar **IMPROCEDENTE**, conforme parecer da área requisitante.

Brasília-DF, 23 de novembro de 2016.

**Guilherme Paiva Silva**  
Pregoeiro/PR